



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13011.000040/2004-14  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3301-002.020 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 22 de agosto de 2013  
**Matéria** PER/DCOMP  
**Recorrente** CAFE FAZENDA DE MINAS S.A.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2003

**Ementa:**

**RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.**

O recurso tem prazo inadiável de 30 dias para ser protocolizado, o desrespeito a este prazo gera intempestividade, e por consequência o não conhecimento deste.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do Recurso Voluntário, por intempestividade.

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente.

Fábia Regina Freitas - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rodrigo da Costa Pôssas, José Adão Vitorino de Moraes, Antônio Lisboa Cardoso, Andrada Marcio Canuto Natal, Maria Teresa Martinez Lopez e Fábia Regina Freitas (Relatora).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face de decisão da DRJ Juiz de Fora (fl. 64/65) que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pelo contribuinte (fls. 51 a 54) que contrapôs ao despacho decisório que não homologou o crédito de PIS/Pasep não cumulativo relativo ao 4 trimestre de 2003.

No Despacho Decisório (fls. 42/44), a Seção de Analises Tributárias da Receita Federal, entendeu basicamente através da analise documental (DACOM), acostada nos autos que o contribuinte “utilizou-se do crédito remanescente do 3º trimestre de 2003 para quitar parte dos débitos de PIS não cumulativo apurados no 4 trimestre. No entanto, o crédito do 3º trimestre de 2003 foi analisado no processo nº 10660.002115/2003-70 e, caso o contribuinte quisesse efetuar compensação com crédito do 3º trimestre de 2003, deveria tê-la feito naquele processo ou transmitido nova Declaração de Compensação vinculando aquele número de processo”.

Nesse sentido, o despacho decisório inadmitiu a homologação da referida compensação.

O contribuinte apresentou a sua defesa/manifestação de inconformidade (fls.51/54), cujo pedido girava em torno da exclusão dos débitos referentes à COFINS, visto que o valor havia sido compensado através do crédito advindo de PIS /PASEP.

Nesse sentido, consta às fls. 64/65 que na sessão de 28/01/2009, a 2º Turma da DRJ/JFA proferiu o acórdão nº 09-22.251 cuja ementa segue abaixo:

***ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO  
TRIBUTÁRIA***

*Ano-Calendário: 2003*

***COMPENSAÇÃO***

*A compensação só se efetiva com a transmissão do respectivo PER/DCOMP.*

***Solicitação Indeferida***

Irresignado, o contribuinte, devidamente cientificado, interpôs Recurso Voluntário às fls. 70/78 por meio do qual contesta o referido Acórdão, que segundo o seu entendimento, merece ser integralmente reformado, e ao que seja cancelado o débito fiscal reclamado.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Fábia Regina Freitas

Preliminarmente, é dever do julgador, apreciar os requisitos de admissibilidade do Recurso Voluntário.

O artigo 56 da Lei nº 9.784/99 confirma o direito constitucional de o contribuinte interpor recurso contra as decisões administrativas, determinando que “cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito”.

Vislumbra-se que tal fato busca, na verdade, o reexame da decisão por outra autoridade, a fim de obter-se um aprimoramento dos julgados na fundamentação de suas decisões, propiciando, desta forma, maior segurança ao sistema.

Pois bem, vencido em primeira instância, o contribuinte não está obrigado a recorrer, mas, se assim proceder, estará sujeito ao prazo de 30 dias, sob pena de preclusão, para apresentar Recurso Voluntário, conforme preceitua o caput do art. 33, do Decreto nº 70.235/72 c.c. art. 68 do Decreto nº 7.574/2011.

Verifica-se, que se ultrapassado esse período, qual seja, 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da decisão, sem a apresentação pelo contribuinte do Recurso Voluntário, estará ele impedido de apresentar referido recurso em outro momento.

No caso em tela, a Recorrente foi intimada de modo regular em 06/02/2009 (sexta-feira), conforme Aviso de Recebimento – AR (fl. 69), e só protocolizou seu Recurso Voluntário na data de 17/03/2009 (terça-feira), ou seja, 7 (sete) dias após o transcurso do prazo recursal, já que o prazo encerrou-se no dia 10/03/2009 (terça-feira).

Diante do exposto, não conheço do presente Recurso Voluntário, por ser intempestivo.

## Conclusão

Com essas considerações, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2013.

Fábia                  Regina                  Freitas                  -                  Relatora

CÓPIA